

O FEMININO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: LUGARES PRODUZIDOS E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Juliana de Souza Lima¹
Lorena Azevedo do Carmo²

RESUMO

O presente artigo se apoia em uma aposta *epistemicometodológica*³ pós-estruturalista, logo, questiona a produção de sentidos feita pela historiografia para com o campo da formação de professores, por tratar-se de uma pesquisa no campo da Educação. Simultaneamente, busca abordar questões que assolam os discursos que tratam da docência feminina, utilizando o cotidiano como plano de fundo para tensionar o sentido de “básico” utilizado secularmente no tratamento de uma categoria docente. Metodologicamente, o texto se propõe como uma reflexão que articula os estudos feministas, a trajetória do campo de formação docente e dados coletados em um levantamento bibliográfico mais amplo, no qual ajustamos nossas lentes para uma escrita interseccional, inserindo o artigo em um movimento de deslocamento acerca da problematização dos diferentes sistemas de opressão que afligem os corpos femininos. Com o objetivo de nos inclinarmos em direção à defesa das inúmeras formas de ser e existir no mundo e na docência, propomos deslocar, subverter e inverter conceitos generalizantes que aprisionam os sentidos sobre as múltiplas existências, reiterando a força que o básico tem.

PALAVRAS-CHAVE: Docência. Gênero. Educação Básica.

ABSTRACT

The present article is grounded in a post-structuralist epistemological-methodological approach. It questions the meaning-making processes produced by historiography concerning the field of teacher education, as it deals with research in the field of Education. Simultaneously, it seeks to address issues that permeate discourses on female teaching, using daily life as a backdrop to challenge the meaning of “basic,” a term historically employed in the treatment of a teaching category. Methodologically, the text positions itself as a reflection that intertwines feminist studies, the trajectory of the teacher education field, and data collected from a broader bibliographic survey. In this process, we adjust our lens towards an intersectional writing approach, embedding the article within a movement that disrupts and problematizes the various systems of oppression affecting women's bodies. Aiming to advocate for the countless ways of being and existing in the world and in teaching, we propose to shift, subvert, and invert generalizing concepts that confine meanings about multiple existences, reiterating the power inherent in the concept of the “basic.”

KEYWORDS: Teaching. Gender. Basic Education.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGEDU/UNIRIO e Pedagoga em formação pela UFRJ. Contato: juslima15@gmail.com.

² Professora doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGEDU/UNIRIO. Tutora a distância Cederj - Pedagogia/UERJ. Professora de Educação Infantil SME/RJ. Contato: lorena.azevedo33@hotmail.com

³ Com Nilda Alves (2003), apoiamos-nos na aglutinação de termos na escrita. Nosso objetivo com esta escolha é produzir sentidos tecidos em redes, nos posicionando contra a dicotomia do saber e a polarização dos sentidos.

Produzindo lugares naturais: Os Patriarcados

Para falar sobre docência feminina, torna-se incontornável falar sobre os patriarcados e as formas como este sistema cerceia o gênero feminino na produção e na ocupação de espaços. Neste artigo, entendemos os patriarcados como um sistema que agrupa as pessoas em relação às suas diferenças (Carmo, 2024), de maneira a violentá-las em decorrência de recortes de gênero, raça e classe que as atravessam. “Os patriarcados”, aqui, é um sistema que se aliou à colonialidade e ao capitalismo, potencializando tecnologias de opressão, ou seja, uma série de práticas que sofrem “melhorias” com o decorrer do tempo, para aprimorar os modos de subordinação. Nesse sentido, esta produção se coloca também como tecnologia, mas se propõe tecnologia para construir, teórica e praticamente, ferramentas para desnaturalizar o lugar da docência feminina, sobretudo diante da noção de básica.

A escolha por essa temática não é desinteressada, diante de um mundo que esmaga o corpo feminino com demandas desumanas. Tendo como plano de fundo as questões levantadas no cotidiano, este artigo assume uma postura metodológica que não se encerra em um levantamento bibliográfico exaustivo, mas que, partindo de um aporte pós-estrutural e pós-fundacional, compreende a necessidade de uma metodologia flexível (Najmanovich, 2008). Não se fixa em um único dado ou perspectiva, operando por meio de conexões dinâmicas entre estudos feministas, a trajetória do campo de formação docente e dados coletados em um levantamento bibliográfico acadêmico e midiático abrangente. Essa abordagem privilegia a noção de interseccionalidade como lente que permite analisar diferentes sistemas de opressão em suas interações e múltiplas singularidades. O processo investigativo aqui construído ancora-se em múltiplas fontes e olhares, objetivando a promoção de deslocamentos teóricos e práticos. Dessa forma, aborda as professoras do ensino básico, não localizadas apenas nas escritas acadêmicas, mas produzidas na articulação entre o espaço cotidiano e os acontecimentos sócio-históricos.

Escrever sobre o fazer docente atravessado pelo existir como mulher, assim, se constitui como posição política. Afinal, a exploração e desqualificação feminina não se tratam de problemáticas novas diante do inventar. É junto de Silva e Ribeiro (2014) que pensamos a construção da feminilidade diante dos patriarcados, além da relação construída entre esse sistema de opressão e também de construção dos saberes legítimos.

Segundo a historiadora Gerda Lerner (2019), a subordinação das mulheres⁴ é mais antiga do que a criação da civilização. A historiadora aponta que *a criação do patriarcado* não foi um evento histórico, mas um processo de mais de 2.500 anos, que ocorreu em diferentes ritmos nas sociedades. Lerner explica que a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorreu bem *antes* da formação da propriedade privada e da sociedade de classes. Logo, a primeira apropriação sobre a propriedade privada é *a apropriação do trabalho reprodutivo feminino*.

A autora ainda pontua que o primeiro teste de escravização realizado em nossa história foi o feito por homens contra mulheres de sua própria comunidade, com o estupro sendo utilizado como uma tecnologia desenvolvida para mantê-las sob domínio, entendendo também que, se engravidassem, o desejo de fugir se tornaria menor e a comunidade maior. Assim, a dominância e hierarquia masculina partiram do desenvolvimento de investidas contra as mulheres de seu próprio grupo, para assim reproduzir o mesmo mecanismo violento sobre as mulheres de outros grupos e só então pensar sobre a inserção de corpos masculinos nessa “indústria”.

Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades (Lerner, 2019, p.262).

É importante atentar que o recorte histórico com que Lerner trabalha é o do período Paleolítico, sobre o qual podemos presumir a necessidade de engravidar, ter filhos e alimentá-los para garantir a sobrevivência de seu grupo.

Os alimentos devem ser preparados, as roupas precisam ser lavadas, as camas precisam ser arrumadas, a lenha cortada etc. O trabalho doméstico, portanto, é um elemento crucial no processo de reprodução do trabalhador, de quem se tira a mais-valia [...]. Pode-se acrescentar também que, como não se paga um salário para o trabalho doméstico, o trabalho das mulheres na casa contribui para o volume final de mais-valia obtido pelo capitalista (Rubin, 2012, p. 7).

Na obra “*A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” (2021), Friedrich Engels defende que a alimentação era sempre uma responsabilidade masculina, e os instrumentos utilizados eram confeccionados por eles, logo, tornavam-se sua propriedade. A

⁴ Damos ênfase nas mulheres com úteros e férteis, pois fazemos a ligação entre ter e criar filhos, que é determinada culturalmente e sujeita à cultura, mas reconhecemos a diversidade de mulheridades que existem, pois não se limitam a fatores biológicos e culturais. Fazemos essa demarcação para situar historicamente sobre que categoria se constroem essas tecnologias de exploração.

mulher, em sua pesquisa, participava apenas consumindo tudo aquilo que o homem produzia, portanto, essa relação entre os indivíduos era uma divisão desigual, em que o homem detinha todo o poder. É Lerner quem contesta essa teoria ao explicitar que “[...] a caça de grandes animais é uma atividade auxiliar, enquanto o fornecimento dos principais alimentos vem de atividades de coleta e caça de pequenos animais que mulheres e crianças executam.” (2019, p.44). Assim, a narrativa de que homens são mais fortes, mais rápidos, melhores caçadores e, portanto, fundamentais na garantia do sustento das famílias e povos funciona como instrumento para perpetuar um discurso de supremacia masculina até os dias atuais,

[...] os tradicionalistas esperam que as mulheres tenham os mesmo papéis e ocupações que eram funcionais e essenciais à espécie no Período Neolítico. Aceitam as mudanças culturais pelas quais os homens se libertaram da necessidade biológica. A substituição do trabalho físico pelo trabalho de máquinas é considerada progresso; apenas as mulheres, sob o ponto de vista deles, estão condenadas pela eternidade a servir à espécie por meio de sua biologia (Lerner, 2019, p. 47).

Dessa maneira, o trabalho reprodutivo feminino foi enquadrado como tarefa doméstica (Federici, 2019), relacionando-se com uma ideia de natureza biológica das mulheres, definindo-as como mais aptas a realizarem essas atividades sem que fosse necessário remunerá-las. Esta construção é um dos fios que tramam as amarradas que buscam aprisionar as mulheres em funções entendidas como estritamente femininas, constituindo-se como um recurso natural e, por isso, “[...] a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar” (2017, p. 188).

Alinhada às correntes liberais e progressistas, as mulheres, aqui, em sua maioria brancas de classe média, buscavam a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, equiparando tal conquista à libertação feminina. Essa luta, que respondeu às demandas de um grupo específico, invisibilizou as experiências e as demandas das mulheres negras, que já trabalhavam fora de casa há muito tempo. Como produto dessa busca pela igualdade dentro de um sistema desigual e excludente, uma dupla jornada nasceu para muitas mulheres, que continuaram a ser responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado, mas agora acrescidas da discriminação no mundo do trabalho. Essa dinâmica, marcada pela interseccionalidade de gênero, raça e classe, expôs as limitações de um movimento feminista que não considerava as especificidades de cada grupo.

É muito recente um entendimento de que a maternidade interfira na produção acadêmica feminina, e tal afirmação pode ser confirmada quando analisamos a inclusão do campo de registro da licença-maternidade na plataforma Lattes⁵.

Como anos e anos de trabalho feminino fora de casa têm demonstrado, conseguir um segundo trabalho não muda esse papel. O segundo trabalho não só aumenta nossa exploração como também reproduz simplesmente o nosso papel de diversas formas. Para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas. Não apenas nos tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias — todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa —, mas estamos no mesmo tipo de relação que dificulta a nossa luta dentro de casa: isolamento, o fato de que a vida de outras pessoas depende de nós, a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos (Federici, 2019, p. 50).

Ao ser naturalizado e sexualizado, o trabalho doméstico, assim como outros diversos fazeres, adjetivos e traços de personalidade, tornaram-se atributos femininos fazendo com que fôssemos caracterizadas por eles. Além disso, a ausência de uma compensação que legitima o trabalho realizado foi e tem sido um fator poderoso na construção do papel da mulher como auxiliar na máquina cotidiana. Diante dessa conjuntura, fica mais fácil compreender como os homens são capazes de aceitar e se beneficiar desses serviços, porque – nesse entendimento – o trabalho doméstico é uma tarefa fácil, natural e que, por uma natureza construída, é realizada por amor.

As Mulheres na Educação: Ocupando Não-Lugares

Na seção anterior, apresentamos os patriarcados como instituição paleolítica que extrapola a construção do conceito e afirmamos que o sistema patriarcal demarca lugares para as pessoas que opera em uma lógica de divisão binária de sexo/gênero, que posiciona as pessoas, principalmente, de acordo com seu sexo biológico. Assim, mulheres cis, com advento da industrialização, com a dinamização das máquinas de fazer guerra, e com a crescente demanda por manutenção do fazer cotidiano deveriam ocupar os lares para realizar tarefas que preparassem o homem trabalhador e a sua prole para encarar seus trabalhos na fábrica, para habitarem seus lugares no fazer da guerra, mas, sobretudo, para preparar seus filhos para ocuparem esses lugares.

⁵ A plataforma Lattes organiza os grupos de pesquisa, os dados dos currículos dos pesquisadores cadastrados, e suas instituições no mesmo sistema de informações. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sua “dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa.” Para maiores informações acessar: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plataforma-lattes>.

Nesta seção, iremos problematizar a ocupação feminina de não-lugares profissionais, definindo-os como espaços contingenciais da existência feminina em detrimento do conceito que os define como locais inabitáveis. De maneira mais geral, os não-lugares podem ser definidos como espaços comuns, que apresentam características impessoais e a-históricas, que são padronizados e não representam a expressão cultural das localidades onde estão inseridos, mas que se tornam parte da vida de muitas pessoas. Para Silva e Morais (2019), a análise dos não-lugares nos ajuda a construir uma leitura mais crítica do mundo. Quando direcionamos este aporte teórico para a presença feminina na docência, percebemos que, apesar de local comum, a docência existe para o feminino parcialmente como este não-lugar.

A luta feminina, sobretudo branca⁶, pela entrada no mercado de trabalho fez com que territórios semelhantes ao da esfera doméstica lhes fosse apresentado como possibilidade. Assim, quando a docência deixa de ser lugar privilegiado e habitado apenas pelos mais nobres dos intelectuais europeus, este espaço de trabalho – um trabalho mais dócil e intelectual, mas ainda minimamente legitimado (Lima, 2024) – se transforma em um lugar contingencialmente construído como opção para as mulheres. Nos locais de maior prestígio, esse lugar se reservava para as mulheres brancas, mas diante do recorte deste artigo, entendemos que a docência como um todo se abre como um lugar de possibilidade contingencial. Dizemos que é contingencial, porque se trata de um espaço que, embora habitado, mobilizado e majoritariamente transformado por mulheres, não garante a elas segurança e reconhecimento de suas capacidades profissionais. Primeiro, porque se tratando de um trabalho intelectual, assim como o fazer científico, não se atribui ao feminino as características normalmente concedidas a um “profissional”; e segundo, porque se tratando de um espaço direcionado para a educação, principalmente de crianças, o cuidado como esfera ambivalente aparece como primazia na esfera profissional.

Partindo do entendimento que esse cuidado, ou ainda o cuidar, constitui o leque de habilidades femininas pressupostas pelos patriarcados, quando dentro da escola, ele se transforma novamente, impelindo às mulheres a doçura paralela à da maternidade. As crianças deveriam ser os sujeitos a quem o cuidado “docente-materno” seria direcionado, uma extensão similar do que ocorreria em casa. Não obstante, muitos dos discursos misóginos e datados atravessam a docência, na Educação Básica, por exemplo, quando entende-se que as

⁶ Destacamos a especificidade da luta pelo direito ao trabalho da mulher branca, pois historicamente a mulher negra existe em um local cujo trabalho permeia seu existir, a escravidão como regime de trabalho, por muito tempo legitimado, inseriu a mulher negra desde a infância até a vida adulta nas múltiplas esferas do “trabalhar”. Do trabalho reprodutivo, ao artesanal, do sexual ou doméstico, a mulher negra foi forçada a existir nestes espaços, sua luta, nesse sentido, é outra.

mulheres são mais afetuosas e mais capazes de cuidar. Em geral, esse entendimento se dá por serem mães ou por estarem na trajetória de se tornarem mães. A não-maternidade ainda não existe como opção no imaginário social, e quando essa opção existe no discurso de professoras da educação básica, até mesmo sua capacidade profissional é posta em cheque: “Como assim você não quer ser mãe? E escolheu ser professora por quê? Se não gosta de criança...”⁷.

Não é à toa que o magistério é uma carreira construída como historicamente feminina, “[...] uma vez que as atividades de ensino estiveram entre as primeiras exercidas por mulheres no espaço público” (Melo; Lastres; Marques, 2004, p. 11). A transformação da docência em lugar desprivilegiado atravessa, então, não apenas a inserção da mulher nas salas de aula, mas também os processos que constroem a desvalorização da profissão e seus sujeitos (Lima, 2024). De acordo com a divulgação⁸ do Ministério da Educação (MEC) através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os resultados do censo escolar de 2022 mostram que as mulheres professoras ocupam 79% da docência de Educação Básica no Brasil. Nesta mesma pesquisa, apresenta-se que o corpo docente brasileiro é composto por mais de 2,3 milhões de profissionais, dentre os quais 1,8 milhões (79,2%) são mulheres. Na notícia, é destacado que:

[...] a atuação feminina é uma tônica, também, nas demais etapas. No ensino fundamental (1º ao 9º ano), as mulheres são 77,5% dos 1,4 milhão de docentes e, no médio, elas representam 57,5% do total de 545.974. A maior parte delas tem entre 40 e 49 anos (35,2%) – o censo também indica um padrão na predominância dessa faixa etária em todas as etapas de ensino. Mulheres de 30 a 39 anos representam 28,5%, seguidas pelo grupo das que possuem de 50 a 54 anos (12,2%) e das que têm de 25 a 29 anos (8,3%). Docentes com até 24 anos são 3,4% (MEC, 2023, n.p.).

Esses dados mostram que as mulheres são mesmo maioria na docência brasileira. Segundo as pesquisadoras Hildete Melo, Helena Lastres e Teresa Marques, “o aumento da participação feminina na população economicamente ativa (PEA) se realizou com o crescimento da sua escolaridade” (2004, p.4). Dessa maneira, a docência se consolida como um lugar possível diante das normas relacionadas aos gêneros. Contudo, por que as mulheres ocupam em peso a Educação Básica, mas se esvaem, quantitativamente, ao analisarmos cargos de liderança e cargos na Educação Superior, por exemplo? Apesar do crescimento expressivo de mulheres com nível universitário, a participação feminina na produção do

⁷ Fala reproduzida em conversa casual entre alunas do curso de Pedagogia.

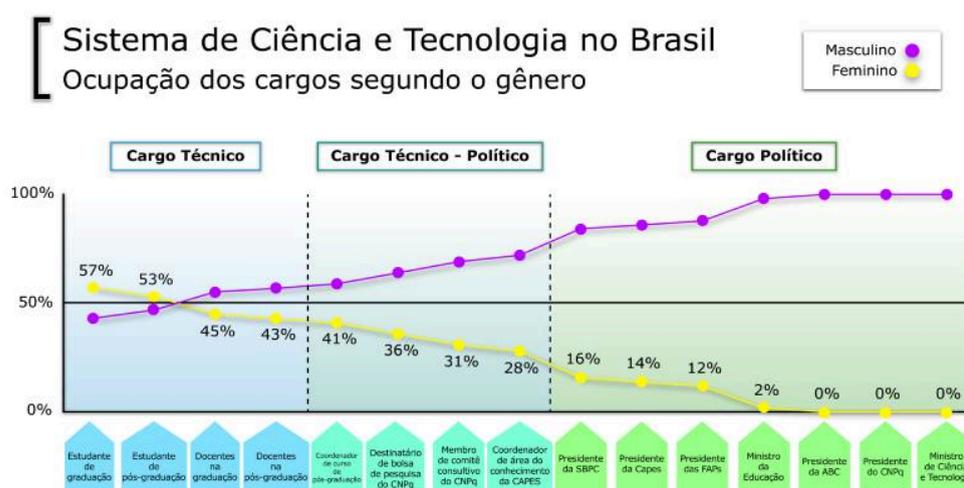
⁸ Em matéria publicada pelo Ministério da Educação não apenas as mulheres constituem a camada majoritária da educação básica, mas também dominam a docência como um todo. Para mais informações acesse: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>>

conhecimento e no ensino ainda está aquém da presença feminina nas mais altas camadas acadêmicas das universidades.

O aumento da escolaridade é particularmente verdadeiro para o caso específico das mulheres cientistas, considerando-se que não faz nem cem anos que os portões das universidades foram abertos às mulheres pela persistência das nossas avós e bisavós na luta por cidadania e educação. No final dos anos noventa, tem-se uma taxa de participação igual entre ambos os sexos no que diz respeito à posse de um diploma universitário. Este é o requisito mínimo para a carreira de cientista (Melo; Lastres; Marques, 2004, p. 5).

No gráfico abaixo, podemos perceber que à medida em que nos aproximamos de cargos e espaços mais prestigiados dentro do sistema educacional brasileiro, maior é a incidência masculina. Para onde vão as alunas da graduação que entram no ensino superior como maioria? O que acontece com esses 4% das mulheres que sequer conseguem alcançar o *status* de estudante da pós-graduação? Quando olhamos para a docência a nível de pós-graduação, percebemos uma lacuna ainda maior, pois são 14% a menos do número de mulheres que adentram a graduação, e que, no melhor dos casos, encontram lugar como professoras da educação básica nos sistemas públicos e privados de ensino. Mas, no pior dos casos, frente à tomada masculina desses espaços, abandona a docência.

Gráfico 1: Comparativo entre a presença feminina e a masculina nos diferentes níveis educativos



Fonte: Areas, R., et al. *Gender and the Scissors Graph of Brazilian Science: From Equality to Invisibility*. OSF (Preprints, 29 jun. 2020). Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/areas-gender-2023.pdf>>

O gráfico nos ajuda a afirmar que na medida em que a dimensão do cuidado deixa de ser evocada através da educação, nas múltiplas relações que se constroem após o ensino

básico, mais especificamente diante da educação superior, menor é o número de mulheres que são incentivadas a perseguir níveis mais altos de formação. Seria então pertinente afirmar que, por isso, a capacidade transformativa das estruturas sociais das docentes femininas se extingue? Quando olhamos para a atuação das docentes na educação básica, apoiando-nos na aposta *politicoespistêmica* que vê no cotidiano a capacidade de criar e cocriar mundos novos, percebemos que, mesmo afastadas da esfera acadêmica mais elitizada - aqui falando tanto especificamente dos espaços limitados da pós-graduação (como discentes e docentes), mas também de categorias como “pesquisador”, de cargos nos ministérios e a presidência de instituições importantes como o CNPQ - as docentes da educação básica promovem as mais importantes mudanças sociais. Delas advém o contingente discente que hoje habita as universidades, não caindo na falácia romântica de que uma professora muda o mundo, mas retomando a força de entender que a existência de professoras marcantes atravessa a trajetória de pelo menos metade daqueles que escolhem a docência como profissão na atualidade.

Constata-se que, no Brasil, todas as mudanças sociais já assinaladas anteriormente ainda não transformaram o modelo patriarcal vigente na sociedade. Ainda cabem às mulheres, fortemente, as responsabilidades domésticas e socializadoras das crianças, além dos cuidados com os velhos. Assim, as mulheres têm sempre a necessidade de articular os papéis familiares e profissionais para seu desempenho no mercado de trabalho (Melo; Lastres; Marques, 2004, p.9).

Ao falar da feminização da docência, das perdas que sofremos nos diferentes níveis escolares, é importante trazer para esta reflexão os sujeitos que, como parte da mulheridade, são atravessados por uma cadeia de violências que os privam não só da sala de aula como alunos⁹, mas também como docentes. A presença de pessoas trans e travestis atuando nas salas de aulas existe hoje de maneira ínfima quando falamos sobre igualdade de gêneros. É impossível realizar esse exercício sem falarmos sobre as violências que acometem aqueles que não perpetuam as normas de gênero existentes. Por isso, questionamos: o quanto esses corpos desviantes também são aniquilados ao tentar acessar esses espaços? A quantos foi possível a inserção na graduação? No gráfico apresentado acima, a intersecção que deveriam acolher as pessoas trans sequer existe, e isso acontece porque são isolados os casos em que corpos dissidentes ocupam esses espaços. Apesar de suas existências serem postas em destaque o tempo todo em notícias que denunciam a violência, vale lembrar que essas

⁹ Em alguns momentos na escrita deste artigo, utilizamos e tentamos recorrer à linguagem neutra. Não apenas porque entendemos que a identificação dos sujeitos pode ocorrer através de pronomes distintos, mas também porque, como nesta escrita, apostamos na inclusão e na criação de mundos outros, mundos que reconhecem e abraçam sujeitos diversos.

existências são sublinhadas pelos piores marcadores: somos o país que mais mata corpos trans no mundo por pelo menos 14 anos¹⁰.

A professora e pesquisadora, Maria Clara Araújo do Passos, em seu livro *Pedagogias das travestilidades*, manifesta que: “Eu existo! Nós existimos! As violências por conta de minha identidade sempre trouxeram retaliações em salas, corredores e banheiros durante toda minha permanência na escola.” (2022, p. 22). Quando tensionado diante da profissão docente, o gênero sempre é desqualificado como reflexão tardia. Como se as violências que assolam o espaço escolar e os espaços universitários não fossem, em sua maioria, direcionadas às mulheres que exercem a docência. Quão precarizado e desvalorizado pode ser o trabalho docente para que seus profissionais sejam passíveis de violência? O contexto social atual nos mostra que, quando adicionamos a variável da violência - que não se afasta do contexto social violento e suas especificidades - suas vítimas são majoritariamente mulheres.

Quando falamos de violência de gênero contra professoras, trazemos também um recorte sobre patriarcados e a transfobia que nos permite pensar que quando mulheres cis ousam reescrever a história, elas são realocadas em territórios passíveis de aniquilação, porém quando mulheres trans ousam existir, elas prontamente são aniquiladas. Segundo o pesquisador Jason Stanley, discursos de ódio, conseqüentemente misóginos e aniquiladores, se tornam necessários para que esse movimento extremista construa uma *normalização* do atípico, pois o que essa normalização faz é “[...] transformar o que é moralmente extraordinário em ordinário. Isso nos torna capazes de tolerar o que antes era intolerável, fazendo parecer que é assim que as coisas sempre foram” (Stanley, 2020, p. 181), para o que George Simmel (1973, p. 16) corrobora ao trazer o conceito de *blasé*, dizendo que “a essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar”. A atitude *blasé*, para o autor, acomoda-se com situações em que deveria se comover, nos torna indiferentes: a morte de professoras pelas mãos de alunos, a inexistência de mulheres em cargos de poder na educação, o contingente mínimo que consegue adentrar a pós-graduação mesmo sendo maioria na graduação etc.

Trazemos essa reflexão para reiterar a força de que aquilo que é considerado natural tem nas disputas políticas e sociais acerca da docência. Para reforçar que não podemos ser indiferentes enquanto a existência do outro é invisibilizada, quando não, apagada, defendemos que no sistema patriarcal somos a outridade, pois ora ocupamos lugares de privilégio, ora

¹⁰ Para mais informações, acesse: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transsexuais-no-mundo#:~:text=Em%20relat%C3%B3rio%20divulgado%20pela%20Antra,assassinados%20no%20pa%C3%ADs%20em%202022.>

ocupamos um lugar que nos mata. Quando professoras da educação básica, cabe perguntar: como driblar o denominador que torna o corpo feminino e docente em um corpo facilmente substituível?

Valorizando o “Básico”

Na história da humanidade, o discurso científico tem sido instrumentalizado como um recurso para justificar atrocidades contra algumas camadas da população. A mobilização do discurso científico como instrumento de extermínio pode ser analisada no movimento realizado pela Alemanha entre os anos de 1904 e 1908, mas também na construção do que é colocado na fronteira entre o cotidiano e o atípico. No título desta seção, damos destaque ao básico, não por opção estética, mas por escolha política. No decorrer do artigo, atentamos para a dificuldade de encontrar mulheres em espaços de poder nos altos escalões do fazer científico e, ainda, apontamos que – no melhor dos casos – o excedente feminino que não segue uma trajetória acadêmica após a graduação segue para as salas de aula, privadas e públicas, da educação básica.

Na lógica ocidental de construção do conhecimento, marcada principalmente pelos ideais iluministas jamais superados pela academia, a ciência se propõe objetiva, desumana e neutra, partidária do branco e preto que apaga as tonalidades existentes no cotidiano, encarando os sujeitos – professoras, alunes, faxineiros, seguranças e tantos outros – como objetos de pesquisa a serem esmiuçados em extremo, usados como receptáculos que fornecem narrativas para consolidar teses. Ciência que tem no *outro* fonte para um conhecimento que ele nunca vai ter acesso, pois, se limita às camadas mais altas da produção científica. Já que é esperado que as professoras da educação básica sejam reduzidas a meras reprodutoras de menor importância na trajetória de escolarização, cujo ápice é a atuação docente na pós-graduação, aqui subvertemos essa lógica. Negamos esse pensamento que ainda situa o corpo docente da educação básica como base substituível da pirâmide educacional brasileira. Quando assumimos a organização tradicional do conhecimento científico difundido desde a idade média, ideias como a de que o corpo feminino é passível de ser queimado em fogueiras, e que povos inteiros poderiam ser dizimados de forma justificada pela busca de novos territórios para colonizadores, por exemplo, parecem plausíveis e justificáveis.

Mas foram os juristas, os magistrados e os demonólogos, frequentemente encarnados na mesma pessoa, os que mais contribuíram na perseguição: eles sistematizaram os argumentos, responderam aos críticos e aperfeiçoaram a maquinaria legal que, por volta do final do século XVI, deu um formato

padronizado, quase burocrático, aos julgamentos, o que explica as semelhanças entre as confissões para além das fronteiras nacionais (Federici, 2017, p. 299).

Como mulheres, fomos alocadas como pertencentes ao ambiente doméstico, sobre nós foi utilizado o determinismo biológico na garantia de criação dos filhos. Nos diversos discursos tradicionalistas, seja trabalhando sob uma óptica religiosa ou “científica”, a submissão feminina é dada como algo universal, até determinada por Deus, parte natural na construção do mundo e, portanto, imutável (Lerner, 2019, p. 42). Nesse sentido, nossa aposta como parte que espera se desvencilhar desse sistema de pensamento é assumir o básico como poderoso, admitir no reconhecimento do fazer científico e na produção de conhecimento das primeiras docentes um locus subversão. É devido ao sistema patriarcal que se estabeleceu que o trabalho reprodutivo realizado por mulheres não deveria ser remunerado ou sequer reconhecido como um trabalho e, mais tarde, que as mulheres eram as mais capacitadas para lidar com as crianças. Assim, a docência feminina aparece nesse quadro como parte de um processo - modificado e incorporado pelas maquinarias patriarcais – que se desenvolveu apesar disso. Atualmente não podemos ignorar a quantidade de professoras atuantes na educação básica, pois admitimos que mesmo quando tentamos quebrar a lógica patriarcal nos deparamos com ferramentas discursivas nocivas que se aglutinaram com o cotidiano e que passam despercebidas, sobrepondo práticas e sujeitos, e por isso reforçamos nossa aposta nas professoras da educação básica. No básico. Naquilo que constrói o cotidiano, que dá base para a construção de pesquisas científicas quando suas professoras servem de objeto, mas nunca como intelectuais que constroem com o pesquisador a pesquisa.

Com Silva e Ferreira (2019, p. 3) reconhecemos que a discussão é “adensada pela retomada das forças sociais conservadoras no Brasil que, de forma mais intensa a partir de 2014, têm se organizado contra o que passou a ser chamado de ideologia de gênero”. A Revista Piauí diz em 2023, que:

A presença feminina na docência aumentou 13,5% em dezesseis anos. Apesar de todos os avanços, mulheres ainda estão sub-representadas nos postos mais elevados da pesquisa científica no país. Elas são 55% no mestrado e 53% no doutorado – mas só 42% do corpo docente. Dados da Capes e do CNPq, analisados pelo Parent in Science e Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema/Insp-Uerj), mostram a dificuldade de ascensão feminina (Gorziza e Buono, 2023).

Corroborando com a defesa de Lerner de que as determinações biológicas, dados os avanços tecnológicos, não fazem sentido para encarcerar as mulheres ao trabalho doméstico ou justificar sua desvalorização, argumentamos que a valorização dos conhecimentos, das

práticas e dos sujeitos que habitam o “básico” da educação possuem a capacidade de transformar, construir e subverter na base lógicas tradicionais, racistas, sexistas e patriarcais. Quando encaradas desta maneira, a camada básica da educação e suas praticantes rompem com a antiga divisão sexual do trabalho (mulheres no ambiente doméstico e homens caçadores) tornando o que era funcional e compatível com as necessidades da época, em fazeres que transcendem os ideais patriarcais construídos como “intrínsecos”.

Aqui, defendemos a docência não apenas como troca de aprendizagens, mas também como pesquisa e produção de ciência, não apenas pelos sujeitos que habitam as cadeiras da pós-graduação, mas também aqueles que existem nos espaços escolares. Estar em sala de aula é fazer pesquisa, mergulhar nos cotidianos escolares na captura dos diferentes saberes e fazeres, assim como desenvolver métodos, observar e ser observadas por objetos que ultrapassam o singular e pluralizam as possibilidades, os resultados; alterar as observações é fazer pesquisa, gerar conhecimento e, de maneira contundente, fazer ciência. Uma ciência outra, pois é participante, é cotidiana. Cada amostra que se coleta se correlaciona com estar no mundo de diferentes formas, é estar. Portanto, pensamos em avançar e potencializar as discussões sobre gênero e, principalmente, trazer como pano de fundo o sistema patriarcal que violenta largamente as vidas. Expor resultados, fomentar debates e produzir uma ciência coletiva que ignora e não exalta o produtivismo inócuo, porque para Sílvia Gallo a “Educação é encontro de singularidades” (2010, p. 231).

Os estudos nos/dos/com os cotidianos em educação geram conhecimentos que deixam rotas para outros conhecimentos. São trabalhos em rede não só por costurarem vários saberes das redes dos pesquisadores e sujeitos da pesquisa e vários trabalhos de outros autores, mas também por permitirem e sugerirem outras costuras e outras buscas, novas rotas, pistas para as próximas invenções (Süssekind, 2007, p. 146).

Partindo da compreensão que a pluralidade é vital para a escrita sobre e para a educação, apostamos que sem a crença em um projeto que renuncie a um vício na objetividade cartesiana, e que ainda assim crie ciência, uma ciência outra, porém ciência, ainda, a pesquisa e os pesquisadores estão fadados a reproduzir o fazer pesquisa sobre, e não com, a construir discursos sobre o outro como objetos. E, para nós, isso é perder a possibilidade de construção de outras compreensões acerca das nossas experiências (Lima; Geraldi; Geraldi, 2015, p. 19). Ao sublinhar a necessidade de um diálogo entre o conhecimento legitimado e as professoras da educação básica, este artigo procura dar destaque ao conhecimento produzido por essas professoras, o qual, acreditamos, modifica as

esferas sociais. Intencionando não apenas examinar este processo, mas ampliar a reflexão acerca das relações que o constrói, dialogando com a aposta em ouvir a vida cotidiana e compreendê-la como parte do processo de construção de sentidos dinâmicos e subjetivos, e por isso, políticos, é que esse artigo se escreve.

Na constituição de 1988, temos no artigo 208 a declaração dos direitos básicos do docente mediante a sua atuação, e o dever do estado mediante a contratação do mesmo. Nele podemos ler: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, CF/88, Art. 206, Inc. IV). Já nos incisos do Artigo 206, a questão da valorização do profissional da educação aparece para a categoria reduzida ao que diz respeito ao pagamento desse professor. O inciso V, apesar de também reduzir essa questão à remuneração, ainda cita os concursos a serem realizados e as garantias a serem oferecidas aos docentes pela União, todavia, quando nós voltamos ao inciso VIII, apenas tratamos do piso salarial como é possível ver abaixo:

[...] V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
[...] VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Brasil, CF/88, Art. 208, Inciso V; VIII).

A questão que surge mediante esta análise nos faz voltar ao início da escrita, pois, se buscamos valorizar o “básico”, não deveriam ser maiores as garantias dadas às professoras brasileiras? Não lhes deveriam ser garantidas as condições para que seja realizada a formação continuada dessas professoras, ou ainda mais basilarmente, não deveria ser a escola, seu local de atuação, um espaço minimamente seguro para que se dê aulas, para que se construa o conhecimento que aqui defendemos? Diante da enxurrada de notícias que tratam da violência contra corpos femininos dentro do espaço escolar, sobretudo no ensino básico, contexto que se acentua a partir do golpe de 2016, com a derrocada da então Presidente Dilma Rousseff¹¹, uma mulher, e as múltiplas reformas que ocorreram de lá para cá no cenário educativo, a questão da valorização das docentes da educação básica - destacando novamente o fazer dessas docentes como parte incontornável do movimento de mudança social - não pode ser

¹¹ Para mais informações sobre o aumento da violência de gênero após o impeachment da então Presidenta Dilma leia: FAGUNDEZ, Ingrid; MENDONÇA, Renata. Como primeira 'presidenta', Dilma deixou algum legado para as mulheres?. BBC Brasil, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>.

alocado e analisado como questão externa pelo fazer científico que se coloca como fazer ascético, e por isso alheio à vida das pessoas.

O (re)conhecimento do trabalho docente como criação intelectual e do direito do estudante a aprender na e com a diferença nos inclina a pensar os conhecimentos no plural, no investimento em práticas mais democráticas e solidárias com o outro nas múltiplas redes de sociabilidade, logo, na promoção da igualdade de gêneros.

Considerações Finais

Na escrita deste artigo, buscamos deslocar certas noções em vias de questionar a construção de certas narrativas, especialmente as que tratam da docência feminina - aqui, deslocar o conhecimento científico em direção à desconstrução de narrativas que excluem as mulheres do campo como produtoras do conhecimento científico-acadêmico, assumindo na dissonância com discursos de ódios uma aposta para superar narrativas que aniquilam múltiplas formas de saberes e fazeres, principalmente femininos. Trazemos na valorização de professoras da educação básica a tentativa de quebrar noções binárias de construir conhecimento e fazer ciência. Como base construtiva do nosso sistema educacional, afirmamos que a construção do conhecimento científico não consegue ser promovida sem interpelar essas mulheres. De fato, se acreditamos que a educação é a base sob a qual se dão as mudanças sociais, ignorar as professoras que fazem essa educação continuar - mesmo quando precarizada, violentada e, sob contingência, - é, novamente, cercear seus corpos como reprodutoras e reforçar políticas de desigualdade.

Propomos, então, um deslocamento teórico, uma virada na narrativa de encarceramento e aniquilação das vidas, enquanto mobilizamos um entendimento histórico da subordinação das mulheres em tempos históricos, em sociedades que ainda não desenhavam margens em torno do feminino como algo estritamente determinante para a divisão sexual do trabalho. Recortamos discursos e pontuamos a importância da valorização da docência desde a Educação Básica, de modo a garantir uma trajetória que possibilite a chegada em cargos de liderança, por exemplo, em vista de que o *chegar* tem esbarrado no campo de impossibilidades violentas. Neste ponto, subvertemos o que entendemos por tecnologia para afirmar que essa produção é uma tecnologia em direção à promoção da igualdade de gênero.

Referências

ALVES, N. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 62–74, mai. 2003.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 jan. 1988.

CARMO, L.A. **Quebrando os patriarcados com o Conto da Aia**: vivências e experiências de uma professora. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

DA SILVA, S.B. Mulheres em foco: a participação feminina nas invenções de produtos e processos tecnológicos no Brasil. Seminário nacional de história da ciência e tecnologia, 17º, 2020, Rio de Janeiro, **anais eletrônicos**, Rio de Janeiro, UniRio, 2020.

DOS PASSOS, M.C.A. **Pedagogias das Travestilidades**. Civilização Brasileira, 2022.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2021.

FAGUNDEZ, I.; MENDONÇA, R. Como primeira 'presidenta', Dilma deixou algum legado para as mulheres?. **BBC Brasil**, 1 set. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GALLO, S. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. In: GARCIA, R. L. (Org.). **Diálogos Cotidianos**. Petrópolis: DP et Alii, 2010. p. 231-246.

GORZIZA, A.; BUONO, R. O Efeito-Tesoura para Mulheres na Ciência. **Revista Piauí**, 19 jun. 2023. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-efeito-tesoura-para-mulheres-na-ciencia/>>. Acesso em 29 out. 2023.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LIMA, M.E.C.C.; GERALDI, C.M.G.; GERALDI, J.W.O. trabalho com narrativas na investigação em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 17- 44, jan./mar. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698130280>> Acesso em: 23 Out. 2023.

LIMA, J.S. **"Tudo que Nós Tem É Nós**: narrativas de formação nas/das/com as redes de formação". 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MELO, H.P.; LASTRES, H.M.M.; MARQUES, T.C.N. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Gênero**, v. 4, p. 73-73, 2004. Disponível em:

<http://www1.fisica.org.br/gt-genero/images/arquivos/Apresentacoes_e_Textos/hildete1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

NAJMANOVICH, D. **Mirar con nuevos ojos: nuevos paradigmas en la ciencia y pensamiento complejo**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N.S.; NOGUEIRA, C. Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans (gênero) no Brasil e em Portugal. **Seminário múltiplas discriminações**, 2018. Disponível em:

<<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/119122/2/316803.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2023.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos**. Recife: Instituto SOS Corpo, 2012.

SILVA, E.M.D.A.; FERREIRA, E.B. Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. 200-235, 2019.

SILVA, S.B.D.A.; NADER, R.V.D.E.; DANTAS, R.M.M.C. Pioneiras da ciência no Brasil e a identificação daquelas que tiveram invenções publicadas. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. 9, nov. 2021.

SILVA, M.A.; MORAIS, S.M. ATITUDE HISTORIADORA NA LEITURA DOS NÃO-LUGARES. (Dossê: Práticas de Ensino e Aprendizagem: a experiência docente e os desafios epistemológicos e metodológicos da educação). **e-hum**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 114-128, dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/2436/1265>>. Acesso em: 31 out. 2023.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

SÜSSEKIND, M.L.; GONÇALVES JUNIOR, S.W.P.; OLIVEIRA, L.T.A. MONSTRAS E CURRÍCULO DE GÊNERO AO SUL DE MAPLE ST. In: RODRIGUES, A.; CAETANO, M.; SOARES, M.C.S. (org.). **Queer(i)zando Currículo e Educação: narrativas do encontro**. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 109-128.

SÜSSEKIND, M.L. **Teatro de Ações: arqueologia dos estudos nos dias com os cotidianos – relatos de práticas pedagógicas emancipatórias**, 2023. Tese, UERJ, RJ, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093504.pdf>> Acesso em: 10 Ago. 2023.